

ESCRITA DE SI, MEMÓRIA E ALTERIDADE: UMA ANÁLISE EM CONTRAPONTO

Carme Regina SCHONS (UPF)
Evandra GRIGOLETTO (UPF)

1. Algumas Palavras Iniciais

Partindo da noção de escrita como prática social, como *cicatriz*, que se articula entre o lingüístico, o histórico, o ideológico e o inconsciente, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre o exercício da escrita de si. O *corpus* de análise é constituído de textos produzidos por sujeitos - adolescentes e idosos - com o objetivo de analisar como esses sujeitos se subjetivam nessa prática de escrita. Para verificar essa questão da subjetividade, mobilizamos, nas análises, também outros conceitos, como os de memória, alteridade e identidade. Assim, observamos que, num constante movimento entre singularidade e alteridade, esses sujeitos se inscrevem na prática da escrita de si e se constituem autores. No entanto, há diferenças que marcam a escrita do sujeito-adolescente e do sujeito-idoso, pois a memória sócio-histórica dessa escrita, assim como a alteridade é outra. Portanto, a escrita constitui-se num espaço simbólico, lugar de interpretação, num trabalho de memória e de construção de identidades. Ao escrever sobre si, o sujeito escreve também sobre o outro, que o determina na sua construção identitária.

2. A Construção da Memória no Processo da Escrita

O início desta discussão é o papel da memória no processo da escrita de si. Neste artigo, para discutir o papel da memória na constituição do sujeito, na perspectiva do discurso, tendo como tema a escrita de si de adolescentes e idosos, apoiamos-nos basicamente em Pêcheux e Orlandi, que nos trazem contribuições no estudo sobre os lugares e o modo como a memória se efetiva.

O *corpus* analisado, constituído de textos produzidos a partir das propostas encaminhadas em oficinas, apresenta inscrições que nos convidam a analisar os efeitos de sentidos construídos na escrita de si, em duas gerações, e nos levam a crer que subjetividade e alteridade são resultantes do trabalho de memória, uma vez que o sujeito-autor, ao escrever sobre si, escolhe e sistematiza, (re)edita palavras ditas em outros contextos sócio-históricos e que ressoam produzindo lembranças e esquecimentos.

Pêcheux, (1999, p. 52), afirma que “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Na obra *O presente do fazedor de machados*, por exemplo, Burke e Ornstein (1998, p.17) firmam que “se o que necessitamos é uma nova mente, temos meios para produzi-la. Tudo o que precisamos fazer é descobrir a maneira como isto sempre foi feito e fazê-lo para nós mesmos.” Estabelecendo relação com a ação daqueles que orientam o trabalho da escrita, *o fazer* pode ser entendido como uma certa tradição. Só resta saber em que medida esse processo retorna ao sujeito criador.

A dúvida é por que, então, no processo da escrita, os retornos a saberes que convocam uma tomada de posição do sujeito, têm relações de discrepâncias? De acordo com Pêcheux (1975), o funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos põe em jogo a relação do sujeito com aquilo que o representa, ou seja, estabelece relação com o imaginário. Segundo este autor (1995, p. 129), trata-se das “ideologias, que não são idéias, mas forças materiais, elas constituem os indivíduos em sujeitos”¹.

Quando dizemos retorno a um conjunto de saberes na escrita, ou qualquer outra ação do indivíduo, estamos nos referindo a um sujeito que se constitui no próprio processo discursivo e que se subjetiva e (des)constrói memórias. Sujeito, subjetividade e memória, interligados na prática pedagógica, são constitutivos de práticas políticas, que produzem conhecimentos, efeitos e memórias. Desse modo, a folha de papel não é apenas o espaço em branco a ser preenchido com estruturas lingüísticas, mas espaço simbólico de luta, no qual se estabelece, o tempo todo, o jogo da contradição.

Segundo Schons (2006, p. 89), Pêcheux mostra que o trabalho de interpretação é um processo contínuo de construção/desconstrução e que os efeitos discursivos ocorrem de modo desigual e contraditório, ou seja, a memória permite a “repetição” da história, mas os sentidos se deslocam, porque na língua é possível estabelecer um jogo das subversões. Por isso, o trabalho da memória não é memorização psicológica, realiza-se na movimentação contraditória e desigual da história e da língua.

Então, a relação do sujeito-autor com a escrita de si, no espaço de uma folha em branco ou na tela do computador, é tensão. A relação entre a sua língua e as práticas no decorrer de sua vida é um lugar de resistência na constituição do sujeito de linguagem. Na prática de linguagem dos sujeitos, proveniente da história de vida, encontra-se, portanto, todo um funcionamento discursivo através do qual as lembranças vêm significar, reverberar de um modo muito próprio, o que é efeito do esquecimento. Nesse processo, ao retornar a suas experiências durante as narrativas, mas também ao projetar novas experiências, o sujeito se subjetiva, colocando em questão as presenças/ausências de sentidos silenciados que sustentam a escrita de si.

O que se põe em cena, portanto, na escrita de si, é o direito à memória, o direito ao passado, que é um direito que as sociedades desenvolvidas não só respeitam e provêem, mas também tomam como critério para as suas transformações. Portanto, um direito ao passado que, ao mesmo tempo, projeta um direito ao futuro, o qual é construído como efeito de memória. A função da língua materna é dar suporte para esses sujeitos por em circulação sentidos constitutivos de sua identidade. Desse modo, a relação sujeito/língua que se constitui a partir da memória e do esquecimento da(s) prática(s) silenciada(s) permite observar/explorar os processos de identificação no jogo entre passado presente e futuro, entre os sujeitos e o imaginário sócio-histórico que circunda o ensino e a resistência da(à) língua escrita, além de trabalhar os aspectos simbólicos que envolvem o processo de constituição da relação sujeito/escrita de si, lá onde as interdições históricas funcionam no mais íntimo, no mais subterrâneo. Reconhecer, pois, a possibilidade de suturar territórios simbólicos cindidos, mal costurados em nossas subjetividades, pela nossa relação com a escrita e falando de nós.

O sujeito do discurso, no seu fazer, traz consigo o refletido de sua subjetividade, ao mesmo tempo em que impõe/dissimula (significando para ele o que ele é e também o que ele não é) sua situação de assujeitamento, o que acarreta sua ilusão de autonomia. Tais condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção são determinantes no processo da escrita.

Logo, àquele que conduz o trabalho da escrita cabe tomar dianteira na proposta do tema e no desenvolvimento de métodos e práticas. Mas, àquele que escreve lhe cabe um lugar de autor ou de espectador? O escritor desafia o leitor, fala de alguém fora do limite da página e o escrito põe em discussão o ato de escrever. De um modo geral, mesmo com todos os avanços tecnológicos, a modernidade tende a buscar a homogeneização dos sentidos e dos sujeitos. É certo que isso produz silenciamentos, não apenas de vozes dos sujeitos escreventes, mas de vidas que acabam não mais se dizendo, que ficam no anonimato. Porém, na margem de não-ditos, também se constroem sentidos. Os silêncios que “calam” (velam a palavra) e os outros que também “calam” (ferem a alma) põem em voga o impossível, significam e o discurso que comporta essa contradição permite apreender esses dois. E Orlandi (1999, p. 59) contribui para essa reflexão, ao afirmar que “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não dito, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos.” Logo, o silêncio significa porque está ligado a uma memória.

Sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, o texto escrito produz uma memória, que lembra/esquece determinadas práticas em uma formação social, passando pelos AIEs, cuja luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes passa pelos aparelhos ideológicos de Estado. Vale lembrar que, de acordo com Pêcheux, os AIE não são a expressão da dominação da ideologia dominante, mas são o seu lugar e o meio de realização “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [ideologia da classe dominante] é a realizada e se realiza, que ela se torna dominante...” (1995, p. 145)

Conforme Pêcheux, as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção são contraditórias e constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos AIE que essa formação social comporta. São relações de contradição-desigualdade-subordinação entre os seus elementos e não uma simples lista de elementos. Por isso, a instância ideológica existe sob forma de formações ideológicas (AIE) que possuem um caráter regional e comportam posições de classe. “O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos AIE, novas relações de desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

No caso da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classesⁱⁱ no processo da escrita, a “caçada” por sentidos únicos denuncia uma relação presente no modo de fazer da escrita com o poder. Um texto, sob o ponto de vista dos personagens, revela não apenas como o escritor se veria num espelho corporificado da página em branco, mas também refletiria como o outro o vê. É na perspectiva da escrita de si que o criador se coloca como autor de verdades, pelo menos daquele momento de criação, e com domínio absoluto sobre a imagem e a posteridade do poder. Tal jogo de subjetividades, o olhar sobre o outro, “obriga o exercício da disciplina”. (FOUCAULT, 2001, p. 143)

A minúcia do gesto indica a cultura, o processo de fabricação do poder e os lugares ocupados pelos sujeitos. O corpo da escrita é página em branco, que comporta a sede do saber, do pensar, da ordem e da forma representacional. Os efeitos desse jogo no processo discursivo da escrita de si são estruturados por uma memória, que estabelece relações com sentidos já veiculados em outros espaços e entre sujeitos. Por isso as palavras seduzem, ou ferem, chocam, silenciam. Como afirma Pêcheux (1999, p.

21), “a memória é a repetição sem fim de um enunciado como um eco inesgotável apegado a um acontecimento”.

O sujeito não preexiste aos seus próprios atos de fala, de fazimento, de vontade e de desejo. Cada um de nós, enquanto sujeito, é resultado de uma fabricação tecida pela rede memória e seus efeitos. Cada um faz não o que quer, senão aquilo que pode, senão aquilo que lhe cabe na posição de sujeito que ele ocupa num dado momento. Esses lugares são móveis, a rede está sempre se rompendo, aqui e ali, de modo que o ponto que cada um ocupa está sempre sujeito a variações e sob determinados efeitos.

Assim, ao tomarmos a escrita como uma prática social, não podemos desvinculá-la da memória sócio-histórica, já que essa não só se constrói pelos sentidos que circulam e estão sedimentados socialmente, mas também pelos sentidos outros que são mobilizados no gesto de interpretação produzido pelo sujeito-escrevente. O sujeito, ao se inscrever no exercício da escrita, movimenta-se entre a sua memória individual e a memória social, a qual determina a sua escrita. Portanto, ao se constituir autor de um texto, ele também, em suas operações, (des)constrói memória(s), num constante movimento entre singularidade e alteridade. Ao produzir o exercício da escrita de si, inscreve-se em si e no outro.

Dessa forma, podemos dizer que “a escrita articula-se entre o lingüístico, o histórico, o social e o ideológico, constituindo-se num espaço simbólico, lugar de interpretação, num trabalho de memória e de construção de identidades” (GRIGOLETTO, 2006, p. 207)

Conforme Rickes (2002, p. 66), o exercício da escrita

põe em marcha operações que sustentam e desdobram a própria constituição do sujeito. A noção de autoria, enquanto um processo sempre renovado de inscrição, interroga afirmações que queiram situar um indivíduo como autor de seu texto, em contraposição a outro que não seria passível dessa adjetivação. Cada um pode ser visto como estando em um momento singular desta construção, que se caracteriza pela ausência de cristalização de categorias inconscientes que ela põe em jogo

A partir da citação acima, podemos acrescentar mais um elemento na articulação da prática da escrita - o inconsciente - já que certas marcas do sujeito desejante se inscrevem, de forma singular, no processo de autoria de um texto. Portanto, a autoria pode ser tomada como “possibilidade de construção subjetiva e de exercício desejante” (RICKES, 2002, p. 66), o que não se concretiza senão através da escrita. Por isso, a escrita só pode ser construída na medida em que mobiliza experiências que coloquem em movimento as estruturas do inconsciente do sujeito escrevente (Cf. RICKES, 2002) e, como tal, pode ser considerada *marca, cicatriz*.

Então, é no movimento entre singularidade e alteridade que o sujeito se inscreve na prática da escrita e se constitui autor. A escrita, portanto, tanto pressupõe a singularidade do sujeito quanto a determinação do outro - o(s) sujeito(s) a quem se dirige, o lugar que ele próprio ocupa socialmente, mas também o lugar que o seu leitor ocupa, as condições de produção da sua escrita etc. Produz, assim, um efeito ideológico. Conforme afirma Schons (2005), ao escrevermos, nunca acabamos de esboçar e de nos esboçar, de escrever e reescrever, nunca esgotamos de nos inscrever, pois, assim como a linguagem, somos sujeitos permanentemente incompletos. A escrita é, assim, uma forma do sujeito buscar uma completude, embora saibamos que ela é sempre ilusória. É pela/na ilusão de completude, de unicidade que o sujeito se constitui autor, produzindo o que Pêcheux (1975) chamou de *unicidade imaginária do sujeito*, a qual se produz pela

identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta esse sujeito, e que resulta no *efeito-sujeito*. Nesse processo, a singularidade está determinada, não se constitui senão em função da alteridade.

Ainda, segundo Rickes (2002), a escrita faz trabalhar a falta que é constitutiva do sujeito. E, ao silenciar a falta, o sujeito não faz outra coisa senão revelá-la, através de um gesto que é singular. Assim, a escrita é produtora de um lugar de sujeito/autor. O sujeito busca, sobretudo na escrita de si, uma maneira de subjetivar-se, através da memória e das relações de identificação com o outro.

Numa perspectiva discursiva, segundo Orlandi (2002, p. 233) “a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, define o estatuto da memória (o saber discursivo que determina a produção dos sentidos e a posição dos sujeitos), definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito”. Então, é pelo processo da escrita que o sujeito se subjetiva, ocupa determinadas posições-sujeitoⁱⁱⁱ, inclusive a de autor.

Para Pêcheux, não existe prática sem sujeito (1995, p. 213). Trata-se do efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito. O sujeito é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos (condutas e palavras) em cada prática que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável”. (ibidem, p. 214)

Portanto, escrita e autoria são noções intrincadas no âmbito da teoria do discurso, e estão ligadas a práticas institucionais, que determinam não só as condições sócio-históricas e ideológicas do processo da escrita, mas também a (des)construção de memórias. Segundo Orlandi (2006, p. 24), “a inscrição do sujeito na letra é um gesto simbólico-histórico que lhe dá unidade, corpo, no corpo social”. Em outras palavras, o sujeito se singulariza no gesto da escrita, sendo que os modos de individualização desse sujeito se dão, conforme Orlandi (op. cit), de formas diferentes nas diversas conjunturas históricas. Então, ao se inscrever socialmente pelo gesto da escrita, o sujeito, ao mesmo tempo, é determinado e produz memória(s). Vamos verificar esse funcionamento discursivo da escrita, essa movimentação do sujeito nessa prática no próximo item, ao realizarmos algumas análises do *corpus* selecionado.

3. Na Escrita de Si, a Inscrição do Outro: Algumas Análises

Os três exemplos de textos que apresentamos a seguir, escritos por sujeitos-idosos, foram produzidos durante as aulas da oficina “Escrita de Si e Memória”, ministrada no 2º semestre de 2007, na Universidade de Passo Fundo, pelas autoras deste artigo.

Exemplo 1:

O GRAMOFONE

Era Natal de 1945^{iv}, *pós guerra*, eram tempos difíceis lá em casa. Meus avós maternos tinham uma vitrola daquelas antigas, de corda. Sempre festejávamos o Natal na casa deles. Como todas as crianças, *em todos os tempos*, estávamos ansiosos para ver a árvore enfeitada e os presentes.

Era costume lá em casa enfeitar-se a árvore durante a tarde do dia 24 de dezembro. As crianças não podiam entrar na sala [os adultos faziam tudo em segredo]. *Ainda* se falava em Papai Noel.

Por volta das 6 horas da tarde, era a hora de tomar banho, vestir uma roupa nova [muitas vezes reformada] e esperar.... Tínhamos, então, o jantar do tipo tradicional europeu, com nozes, maçãs, bombons etc.[a quantidade e variedade de acordo com as finanças], mas sempre um jantar especial.

A minha avó criava galinhas, patos e coelhos. *Naquele ano*, os presentes eram livros, roupas e sapatos.

Mas, SURPRESA, meu avô [que era muito criativo] fez um lindo carrossel com o gramofone. A minha avó [que também era muito talentosa] vestiu algumas bonequinhas e fez bandeirinhas. O carrossel rodava com as bonequinhas. Era lindo.

Foi um presente muito especial. *Até hoje* me lembro daquele Natal com emoção.

Exemplo 2:

Março de 64: os dois lados

Homem forte, fardado, sério, preocupado. Nem do alto escalão, mas também não anônimo no batalhão. *Um militar experiente*, longo caminho no exército, comprovada e reconhecida liderança. Calado, sério, preocupado, fardado. Por alguns dias, aquartelado. Comentários? Nenhum. Notícias desconstruídas e sussurradas. Esposa angustiada, pequenos alienados, e da *adolescente rebelde* o grito: Foge pro Uruguai!

Até então muito prosa, *ela* pensava, com outros jovens, poder mudar a pátria, a sociedade, a miséria, promover a igualdade e a democracia. *Liberdade de voz? Utopia.* Agora ali, frente ao *pai* e a voz da revolução, o medo, a insegurança e o desejo de preservação do *seu herói* que falou mais alto. *Herói* que não sabia o que os *grandes* faziam, que por disciplina, por princípio, por lealdade, por coerência, calmamente, retornava a obedecer ao coronel. *Sem ninguém saber a verdade, mesmo dentro de um quartel.*

O texto do exemplo 1 foi produzido a partir de uma proposta em que os alunos deveriam escrever sobre um objeto que produzisse lembranças, nesse caso, o gramofone. Há que se observar, num primeiro momento, que a própria proposta de produção textual já se inscreve numa memória e promove o encontro entre uma atualidade e um acontecimento. A partir disso, observamos, no texto, determinadas marcas lingüísticas (*Era Natal de 1945, pós guerra, em todos os tempos, ainda se falava em Papai Noel, naquele ano, até hoje... etc*) que, ao mesmo tempo, convocam uma memória e produzem lacunas, silenciamentos. Ou seja, ao se constituir autor, o sujeito lineariza saberes que são da ordem do sócio-histórico, como é o caso do fim da 2ª guerra mundial, o fato de as crianças acreditarem em Papai Noel, o próprio significado do Natal, entre outros, instaurando, na materialidade do texto, pré-construídos para tornar legível a leitura. E, ao linearizar tais saberes, privilegia alguns sentidos, silenciando outros. Esse movimento do sujeito, embora da ordem do inconsciente, é constitutivo da prática da escrita. Assim, o gesto de escrever implica a inscrição do sujeito-autor, mas também do sujeito-leitor, em uma determinada rede de sentidos, determinados sócio-historicamente. Em outras palavras, o que torna esse texto *legível*, interpretável é a memória discursiva.

Chama-nos a atenção ainda o modo como a autora desse texto joga com a questão da memória, pois, ao mesmo tempo em que resgata saberes, aspectos culturais do passado, atualiza esses saberes, trazendo-os para os tempos atuais. Podemos perceber esse movimento, a partir das seguintes marcas lingüísticas: *em todos os tempos*, que

produz um efeito de sentido de que as crianças, sejam as do tempo de outrora, sejam as dos tempos atuais, sempre esperam ansiosas pelos presentes de Natal; *ainda se falava em Papai Noel*, que produz um efeito de sentido de que as crianças de hoje, ao contrário das de antigamente, não mais, necessariamente, acreditam em Papai Noel, lembrando ao leitor que há outros sentidos que circulam a respeito do Natal, promovendo mudanças em seu significado; *até hoje me lembro daquele Natal com emoção* que, além de marcar também uma atualização da memória para os tempos atuais, é uma marca de subjetividade que remete a um sentimento da autora. Por isso é que podemos afirmar que o sujeito, ao se inscrever na prática da escrita, é determinado por uma memória que é da ordem do já-dito, mas também, em suas operações, (des)constrói memória(s).

Além dessa marca de subjetividade, ainda observamos outras, como é o caso dos comentários entre colchetes, presentes em mais de um momento do texto, e a palavra *surpresa*, grafada em letras maiúsculas, que marcam a singularidade desse sujeito na prática da escrita de si. Assim, como já pontuamos no item anterior do presente artigo, ao se constituir autor de um texto, retornando a suas experiências individuais durante a narrativa, o sujeito se subjetiva, movimenta-se entre a sua singularidade e a alteridade do outro. Ao produzir o exercício da escrita de si, inscreve-se em si e no outro, promovendo encontros entre realidades, que se constitui no acontecimento.

O texto do exemplo 2 foi produzido a partir de um documentário, intitulado *15 filhos*, assistido e discutido durante as aulas da oficina, o qual apresenta depoimentos de 15 filhos que tiveram seus pais desaparecidos durante a ditadura militar que vivemos no Brasil. A partir desse documentário, foi solicitado aos alunos que escrevessem uma narrativa contando algum fato/episódio que vivenciaram nessa época. O texto ora em análise, *Março de 64: os dois lados*, relata a história do pai da autora, que era militar, na época da deflagração do golpe. E, curiosamente, o texto é escrito em terceira pessoa.

Então, nesse caso, temos a inscrição de si na materialidade do texto, pelo viés das marcas lingüísticas do outro: *adolescente rebelde, ela*. Também marcada por esse mesmo processo, temos a inscrição do pai da autora, caracterizado como *homem forte, fardado, sério, preocupado, um militar experiente, herói* etc. Dai surge a questão: o que levou a autora a escrever de si, marcando-se como outra? Não podemos responder a essa questão de forma pontual, mas, considerando o sujeito discursivo, diríamos que a escolha dessas marcas lingüísticas e não de outras, marcam, justamente, o modo como o sujeito se subjetiva, inscreve a sua singularidade nesse texto. No exercício da escrita de si, o sujeito, conforme já pontuamos, inscreve-se sempre em si e no outro. E, muitas vezes, ao relatar, falar de suas experiências, inscreve-se no outro para falar de si, o que pode representar uma falta, da ordem do inconsciente, que faz aflorar sentidos que estavam silenciados, apagados de sua memória. Logo, ao produzir esse texto, a autora não fez outra coisa senão revelar esses sentidos que estavam silenciados. E a questão do silenciamento aqui pode ser explicada pelo viés da memória discursiva, que resgata saberes da época da ditadura militar em que muitos sentidos eram proibidos, censurados, como a própria autora do texto revela, ao afirmar que a *liberdade de voz* era *utopia*.

Ainda em relação à memória, é importante dizer que esse texto só se torna um “acontecimento a ler” (Pêcheux, 1999), se convocarmos dizeres, saberes da época da ditadura militar. A começar pelo título, *Março de 64: os dois lados*, tanto autor quanto leitor precisam resgatar a memória discursiva que marcou essa data para produzir um gesto de interpretação para esse texto, para inscrever-se na sua discursividade, para significar. E o efeito de sentido que esse título produz é reforçado ao longo do texto,

quando a autora vai mostrando que, *mesmo de dentro de um quartel, ninguém sabia a verdade*, ou seja, muitos sentidos eram silenciados, divulgando-se somente aqueles sentidos que eram de interesse dos *grandes*. A relação de contradição presente neste exemplo 2 é atravessada pelo político, cuja manifestação de memória põe em voga o modo de subjetivação desse sujeito-autor que se auto-representa e representa o outro.

Por fim, cabe reforçar tanto o papel da memória quanto o papel da alteridade na constituição de sentidos desse texto, já que é inscrevendo-se numa determinada memória sócio-histórica, nesse caso da ditadura militar, que o sujeito do discurso se singulariza, ao mesmo tempo em que se constitui pelo, em função do outro, silenciando alguns sentidos e evidenciando outros.

Os dois exemplos de trechos de textos, apresentados a seguir, foram produzidos por sujeitos-adolescentes, durante uma oficina de produção textual oferecida a alunos do Ensino Médio, e publicados no site *Interfaces* (www.upf.br/interfaces)^v, sob a coordenação de uma das autoras desse artigo.

Exemplo 3:

É estranho pensar no futuro e não saber o que fazer nele. Essa fase veio para mim depois de longos anos sonhando em ser engenheiro civil ou mecânico. Na verdade, isso, ao meu ver, é apenas estranho, longe de incomodar ou mudar algo, atualmente, na minha vida. Não estou perdendo a cabeça ou correndo atrás do que realmente quero exercer. Ao meu ver, *ainda tenho o tempo ao meu lado*, tendo oportunidade para pensar no que fazer. O melhor para essas horas são conselhos, vindo principalmente de pessoas que já exercem a profissão há tempos.

Penso em uma profissão que tenha necessariamente números, fórmulas ou problemas matemáticos, devido a minha facilidade em lidar com eles. Algo que tenha um campo de trabalho não necessariamente extenso e também que me leve ao prêmio Nobel.

Exemplo 4:

Nasci em Passo Fundo em 1989 e sou gremista desde pequeno. Ainda com três anos, ganhei meu primeiro kit do Grêmio e, desde então, sou um torcedor apaixonado. Com seis anos, comprei meu primeiro violão, e sofri para aprender, por ser canhoto. Moral da história: desistir de aprender com a mão esquerda e sou um destro falsificado.

[...]

Pretendo cursar Medicina em Passo Fundo, ou em Porto Alegre, se conseguir passar em uma federal. *Este ano* estou estudando mais do que *estudei na minha vida toda*, o que não é muito, visto que não fui um bom aluno no Colégio. Mas não vivo somente estudando. Nunca perdi uma festa ou balada sequer para estudar. *Estudo, mas não sou nerd!* É diferente...

[...]

É, basicamente esse sou eu. Rockeiro, hipertativo e GREMISTA.

Num primeiro olhar sobre esses textos, já podemos observar uma diferença em relação à memória que aí se inscreve, comparados aos dois exemplos já analisados, produzidos por sujeitos-idosos. Nos exemplos 3 e 4, notamos que os sujeitos-adolescentes, ao escreverem sobre si, não só retornam a experiências já vividas, como, sobretudo, projetam novas experiências, inscrevendo, nessa materialidade, um efeito de memória futuro, que joga com o passado e com o presente. Nos textos dos sujeitos-idosos, esse efeito se dá sempre em relação ao passado, jogando, algumas vezes, com o presente, mas dificilmente com o futuro.

No exemplo 3, o autor, ao afirmar que *é estranho pensar no futuro e não saber o que fazer nele*, está determinado pelo outro, pelo o que a sociedade e a família esperam de um adolescente de 16 anos. Embora, ao longo do texto, ele tente, ilusoriamente,

justificar o fato (*apenas estranho, longe de incomodar ou mudar algo, atualmente, na minha vida*) dele ainda não ter decidido que profissão exercer no futuro, a alteridade atravessa a sua escrita, determinando os sentidos que podem falar e os que devem calar. Observem que, ao longo desses dois parágrafos, o adolescente se subjetiva, ao projetar sua futura profissão (*penso em uma profissão que tenha necessariamente números, fórmulas ou problemas matemáticos*), jogando com o passado (*depois de longos anos sonhando em ser engenheiro civil ou mecânico*) e com o presente (*ainda tenho o tempo ao meu lado*). Eis o efeito de memória futura que se produz, determinado, por sua vez, por uma memória sócio-histórica, da ordem do já dito. Assim, entre lacunas, sentidos não ditos, ditos e a dizer, o sujeito se constitui autor, num constante movimento entre singularidade e alteridade.

Por fim, é importante salientar que o efeito dominante que se produz, a partir da leitura desse texto, é o de que ele, assim como qualquer outro adolescente de 16 anos, deve pensar numa profissão. Trata-se de uma determinação social e também institucional que faz eco na escrita do sujeito-adolescente, orientando a inscrição de sua subjetividade, ou seja, a forte presença do Outro também aparece refletida nessas determinações histórico-sociais, já que esses sujeitos estão sob determinados efeitos. Somos um ser de linguagem e não um ser que possui a linguagem, portanto, cada página preenchida não só empurra para os lados os outros textos, os sentidos que não podem ser lembrados, mas constitui espaço de movimentações, subjetivações e produção dos modos de existência ou estilos de vida.

No exemplo 4, mesmo que a proposta de produção textual não encaminhasse para essa questão da profissão, como já aconteceu no texto do exemplo 3, e na maioria das apresentações desse grupo de adolescente que participou da oficina, o autor desse texto também vai projetar novas experiências, entre elas, a futura profissão. Percebemos, assim, o quão determinante, na prática da escrita, é o lugar institucional, principalmente a escola. Embora a proposta da oficina fosse “fugir” (se é que isso é possível) dos padrões institucionais, observamos, na escrita dos alunos marcas muito fortes desses padrões. Um exemplo disso é o que acontece nesses dois textos que ora analisamos. Ou seja, ao produzir uma apresentação, esses adolescentes não conseguem se desprender dos padrões escolares e falam da idade, da escola onde estudam, do dilema do vestibular e da futura profissão, entre outras características que se espera de uma apresentação pessoal^{vi}. Há sentidos que são interditados na escrita escolar, e determinadas regras estão tão arraigadas na escrita desses sujeitos que, mesmo diante de uma proposta diferenciada, que não esperava essa padronização, ao se colocarem na posição de alunos, repetem os dizeres permitidos, esperados pela instituição escolar e, por sua vez, pela ordem social e histórica.

Ainda que repetindo dizeres, esses sujeitos se constituem autores, já que a autoria é uma forma de inscrição no já-dito. Um já-dito, no entanto, que emerge, na materialidade lingüística desses textos, ressignificado, justamente pelo jogo de memória entre presente, passado e futuro que aí se constrói.

No exemplo 4, o aluno inicia sua apresentação repetindo um padrão escolar (*nasci em Passo Fundo em 1989*), mas, em seguida, surpreende o seu leitor ao apresentar um elemento que não faz parte, normalmente, dos padrões escolares (*sou gremista desde pequeno*). Continua o texto resgatando experiências passadas de sua memória individual (*ainda com três, ganhei meu primeiro kit grêmio; com seis anos, comprei meu primeiro violão*), para chegar ao presente, projetando novas experiências (*pretendo cursar Medicina em Passo Fundo...*). E, ao fazer esse movimento, jogando

com a memória do passado, do presente e do futuro, justifica a descrição final de sua personalidade: *é, basicamente esse sou eu. Rockeiro, hiperativo e GREMISTA*. Mais do que isso, esse sujeito se subjetiva, inscrevendo marcas de singularidade na sua escrita.

É importante ainda dizer que essa memória individual está marcada por uma memória sócio-histórica, na qual o sujeito sempre se inscreve na prática da escrita. Uma memória que é, por sua vez, marcada pelo processo da alteridade, já que, embora não pareça que o traço mais marcante de sua personalidade seja o de estudante (*estudo, mas não sou nerd! É diferente*), o lugar institucional, a sociedade controlam, determinam o que pode e deve ser dito numa apresentação. Parece-nos que esse adolescente produz um deslizamento em relação a esses sentidos controlados, ao finalizar sua apresentação resumindo sua personalidade nas seguintes características: *rockeiro, hiperativo e GREMISTA*. E vejam que gremista está grafado em maiúsculas, como se esse fosse o traço mais forte de sua personalidade. No entanto, mesmo produzindo esse deslizamento, os sentidos que são construídos a partir da leitura do texto deste aluno escapam ao seu controle, já que o sujeito, além de singularidade, “é também alteridade, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele.” (CORACINI, 2007, p. 17)

Por isso, podemos reiterar que é, no movimento entre singularidade e alteridade, entre a inscrição no já-dito, no dito, e no a dizer, que o sujeito se constitui autor no exercício da escrita, o qual é desde sempre marcado, afetado por uma memória, que pode ser da ordem do individual, mas é também da ordem do sócio-histórico e ideológico.

Considerações Finais

Ao finalizarmos este artigo, faz-se importante pontuar algumas questões a título de conclusão, embora a conclusão nunca seja definitiva, justamente pela característica lacunar que a escrita assume, ao ser tratada numa perspectiva discursiva.

E tratar a escrita numa perspectiva discursiva, como pontuamos ao longo do artigo, significa considerá-la, antes de tudo, uma prática social que não se resume ao lingüístico, mas que é determinada pelo histórico e pelo ideológico, em que o exercício do sujeito escrevente é da ordem da falta, justamente por estar afetado pelo inconsciente.

Ao analisarmos textos produzidos por sujeitos idosos e adolescentes, observamos algumas características que são inerentes à prática da escrita, como as citadas no parágrafo anterior, e que, portanto, não mudam na escrita dos idosos e dos adolescentes. No entanto, há outras características que são diferentes. Vamos a elas.

Em relação à memória, verificamos que, enquanto os sujeitos idosos constroem uma memória produzindo um efeito de passado, jogando, algumas vezes, com o presente, os adolescentes constroem um efeito de futuro, jogando com o presente e o passado. E isso também marca uma diferença em relação ao modo como esses sujeitos se subjetivam ao produzirem seus textos. Enquanto os idosos, em suas narrativas, resgatam experiências já vividas, os adolescentes, na maioria das vezes, projetam novas experiências. Tal diferença se justifica pela questão da própria idade e das condições sócio-históricas e ideológicas que cercam a vida desses sujeitos. Mas ambos, ao escreverem de si, inscrevem-se em si e no outro.

Outra questão que pode ser pontuada, não só pelas análises que apresentamos, mas pela nossa experiência docente de ter trabalhado com esses grupos, é a questão do desejo, da experiência subjetiva que se dá pela escrita. Os exemplos analisados revelam marcas daquilo que os identifica e lhes confere identidade. Observamos que, nos exemplos 1 e 2, o trabalho da memória, a subjetivação e as movimentações na escrita de si fazem aflorar fragilidades, sentimentos, incertezas, enfim, marcam-se cicatrizes de uma identidade construída naquilo que os torna sensíveis, diferentes, autônomos, resistentes. Por sua vez, nos exemplos 3 e 4, a identidade constituída pelo efeito-autoria é sustentada por aquilo que deixaria seus autores menos desiguais, ou seja, a posição-sujeito desses autores frente às determinações institucionais não ocorre do mesmo modo. Vale lembrar que não se coloca em discussão idade, mas sim o funcionamento da memória, as práticas político-sociais.

Parece fazer mais sentido, ser um exercício mais prazeroso ao sujeito idoso escrever, já que ele resgata experiências marcantes, faz aflorar faltas que o constituem e, de repente, sentidos calados, silenciados passam a constituir a vida desses sujeitos. Portanto, ao produzir seus textos, eles não demonstram uma preocupação com a escrita formal, das regras escolares. Trata-se de uma escrita fluida, que faz aflorar sentimentos, subjetividades. Já, o sujeito adolescente não sente esse mesmo prazer ao escrever. A escrita, muitas vezes, é encarada como tarefa repetitiva, massante, quando não obrigatória. E encarando a escrita dessa maneira, ela é marcada pela determinação do lugar institucional, o que não significa que o sujeito adolescente também não se subjetive nesse processo. Mas ele procura ser reconhecido pelo espetacular, identidade ligada ao perfil do sujeito construído pela mídia. Trata-se de um sujeito moldado, atravessado, fragmentado e costurado, evidentemente, no próprio espaço escolar. E, simultaneamente, pela singularidade, no exercício da aceitação.

Em verdade, o *fazer* do sujeito-autor, na escrita de si, é a descoberta dos meios de (re)produzir “verdades” para si e para outros sujeitos. Retornos a determinados saberes, posições-sujeito, singularidades e alteridade são constitutivos da memória (re)constituída na escrita. As representações nos processos discursivos colocam em jogo as relações desse sujeito com/para o outro e com aquilo que o representa, formando uma rede incessante de se auto-representar em diferentes práticas.

Referências

BURKE, J. e ORNSTEIN, R. **O Presente do Fazedor de Machados** (Os Dois Gumes da História da Cultura Humana). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: língua (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRIGOLETTO, E. **A construção da identidade na escrita de si: do ambiente universitário à internet**. In: Revista **Desenredo**. V. 2, n. 2. Passo Fundo, RS: UPF editora, julho/dezembro 2006, p. 203 - 223.

ORLANDI, E. P. **Maio de 1968**: os silêncios da memória. In: In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 59 - 71.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **À flor da pele**: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethania (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 21 - 30.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49 - 57.

RICKES, S. M. **A escritura como cicatriz**. In: **Educação & Realidade**, Nº 27, Porto Alegre: jan/jun, 2002, p. 51 - 71.

SCHONS, C. R. **Escrita, efeito de memória e produção de sentidos**. In: SCHONS, C. R. & RÖSING, T. M. K. (orgs.). **Questões de Escrita**. Passo Fundo, RS: UPF editora, 2005, p. 138 - 156.

_____. **“Adoráveis” revolucionários**: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira república. Tese (Doutorado) - UFRGS. Porto Alegre, 2006.

ⁱ É nessa perspectiva que Pêcheux diz que “é preciso pensar em um processo não-subjetivo na qual o sujeito se constitui” (1995, p.130).

ⁱⁱ De acordo com Pêcheux (1995, p 147), “a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com o dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada”.

ⁱⁱⁱ Segundo Pêcheux (1975), a posição-sujeito é o modo como o sujeito da enunciação se identifica com a forma-sujeito histórica como condição necessária de existência.

^{iv} Os grifos deste texto, assim como os dos próximos exemplos, servem para destacar algumas marcas lingüísticas que serão retomadas nas análises.

^v O site faz parte do projeto de pesquisa *Discurso, mídia e escola: questões de identidade e escrita*, coordenado por uma das pesquisadoras, autoras desse artigo, professora Dr^a Evandra Grigoletto.

^{vi} O interessante é que, ao observarmos apresentações pessoais desses mesmos sujeitos, em espaços diferentes do escolar, como é o caso do Orkut, dos *blogs* etc, não há essa padronização e eles falam de muitas coisas, menos da futura profissão. Isso comprova, mais uma vez, o que estamos verificando nessas análises: há uma determinação institucional marcando a escrita desses sujeitos, ao se colocarem no lugar de alunos, ainda que num ambiente diferente da escola no qual eles estudam.